



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho 14ª Região - PORTO VELHO
Av. Presidente Dutra, n. 4055, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76801-327 - Fone (69)3901-8000



TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 72.2025 Firmado nos autos do IC 000545.2024.14.000/7

A B DALAZEN DE LIMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.560.891/0001-52, doravante identificada como **COMPROMISSÁRIA**, neste ato representada pelo Sr. Alan Braz Dalazen de Lima, CPF n.º 948.303.802-25, proprietário, telefone 69 9 8127-9000, acompanhado do advogado Dr João Caetano Dalazen de Lima, OAB/RO n.º 6508., firma o presente **TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA** nos autos do IC 000545.2024.14.000/7, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, comprometendo-se a cumprir as seguintes obrigações:

I – DO OBJETO DO COMPROMISSO

1.1. O presente compromisso, elaborado a partir de notícia de fato veiculada nos autos do IC 000545.2024.14.000/7, bem assim posteriores investigações, formaliza a intenção da empresa signatária em MANTER sua conduta ajustada aos ditames da legislação trabalhista em vigor, mediante o cumprimento de obrigações de fazer e/ou não fazer, as quais deverão ser observadas pela compromissária em todas as relações de trabalho que mantiver.

II – DA OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA EMPRESA SIGNATÁRIA

2.1. Na hipótese de se valer de contratos de empreitada e/ou prestação de serviços, o fará nos moldes permitidos pelo ordenamento jurídico, devendo CONTRATAR empresas e/ou profissionais para execução de Tarefas/atividades que detenham comprovada e reconhecida capacidade/condição TÉCNICA e FINANCEIRA para execução do objeto contratual, em especial quanto ao cumprimento da legislação trabalhista atinente ao meio ambiente de trabalho.

2.1.1. Sem prejuízo de outros documentos a serem exigidos e análises a serem realizadas pela compromissária, deverá ASSEGURAR-SE que: I) a contratada esteja formalmente constituída e detenha as licenças e alvarás necessários para o exercício de sua atividade; II) a contratada possua e mantenha atualizado o PCMSO, PGR, e, ainda, se for o caso, PCMAT; comprove e fiscalize o fornecimento dos EPIs aos seus empregados, considerados os riscos a que expostos; comprove a regularidade dos exames médicos ocupacionais de seus empregados; comprove a capacitação e treinamento dos empregados que desenvolvam trabalhos expostos a riscos específicos, como, por exemplo, em espaço confinado, em altura, em máquinas e equipamentos; a regular constituição da CIPA e do SESMT, se for o caso;

2.2. Nas hipóteses em que figurar como dono de obra/contratante de serviços, deverá ASSEGURAR que as empresas e/ou profissionais contratados para execução de tarefas/atividades cumpram as normas trabalhistas relativas à saúde e segurança no trabalho, especialmente no tocante às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho

2.3. FAZER a comunicação prévia da obra à unidade do Ministério do Trabalho e Emprego, antes do início das atividades (item 18.3.1 da NR-18 do MTE);

2.4. INCLUIR no Programa de Gerenciamento de Riscos os riscos ocupacionais decorrentes de todas as suas frentes de trabalho, inclusive das empresas contratadas, a título de empreitada ou prestação de serviços (item 18.4.4 e 18.4.5 da NR 18 do MTE);

2.5. GARANTIR que, nos canteiros de obras e demais empreendimentos relacionados à sua finalidade empresarial, sejam observadas as as disposições regulamentares e de natureza técnica referentes à saúde e segurança dos trabalhadores, inclusive quando o serviço for prestado por distintas pessoas jurídicas, devendo ser observados, dentre outros, os seguintes itens:

2.5.1. Existência de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);

2.5.2. Existência e funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, quando aplicável;

2.5.3. Análise e registro em documentos específicos de todos os acidentes ocorridos, com ou sem vítimas, e todos os casos de doença ocupacional, descrevendo a história e as características do acidente e/ou doença, os fatores ambientais, as características do agente e as condições do indivíduo afetado;

2.5.4. Fornecimento e registro da entrega ao trabalhador dos Equipamentos de Proteção Individuais aplicáveis ao trabalho, bem como a fiscalização do seu uso;

2.5.5. Realização dos treinamentos exigidos pelas normas técnicas de regência;

2.5.6. Avaliação do estado de saúde dos trabalhadores que exercem atividades em altura, supervisionando o seu trabalho em conformidade com a análise de risco aplicável à atividade, a ser realizada preliminarmente;

2.5.7. Existência e execução de procedimentos operacionais para atividades rotineiras de trabalho em altura;

2.5.8. Controle da permissão de trabalho específica e com validade limitada à duração da atividade, restrita ao turno de trabalho, somente podendo ser revalidada a permissão pelo responsável respectivo nas situações em que não ocorram mudanças nas condições estabelecidas ou na equipe de trabalho, em conformidade com a norma técnica NR35.4.3;

III – DA DIVULGAÇÃO DO COMPROMISSO

3.1. Para o fim de divulgação do presente compromisso, a empresa signatária se obriga a: (a) divulgá-lo entre os seus funcionários, afixando cópia deste instrumento em quadro de avisos situado em local de fácil acesso e ampla visibilidade; (b) manter cópia deste instrumento permanentemente afixada em seu Livro de Inspeção do Trabalho; (c) remessa de cópia do presente ao respectivo Sindicato profissional.

IV - DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Concede-se prazo de 90 (noventa) dias corridos para o ajuste da conduta em relação às cláusulas especificadas acima. O termo inicial do prazo é a data da assinatura deste termo.

4.2. Findo o prazo, a compromissária deverá apresentar, via peticionamento eletrônico, nos autos deste procedimento, no sistema MPT Digital, laudo técnico firmado por profissional habilitado, com Anotação de Responsabilidade Técnica, atestando a conformidade das condições de segurança e saúde do meio ambiente do trabalho das suas dependências, detalhando especificamente em relação a cada uma das cláusulas especificadas acima, acompanhado da documentação necessária para comprovar o cumprimento.

V – PENALIDADES PACTUADAS

5.1. O comprovado desrespeito ao presente Termo de Ajustamento de Conduta implicará no pagamento de multa correspondente à soma de: a) R\$ 1.000,00 (mil reais) por dispositivo não cumprido, considerando-se individualmente cada item e subitem; b) R\$ 500,00 (quinhentos reais) por trabalhador atingido pelo descumprimento de cada dispositivo não cumprido, considerando-se individualmente cada item e subitem.

5.2. Em caso de comprovada reincidência, os valores previstos no item 5.1 serão acrescidos de 25% (vinte e cinco por cento).

5.3. O valor da multa será atualizado pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e, na ausência do INPC, a atualização monetária será efetuada com base no índice de correção das dívidas trabalhistas.

5.3.1. Na hipótese de descumprimento deste compromisso, a correção monetária das multas que vierem a ser aplicadas incidirá a partir da assinatura do presente instrumento.

5.4. As multas acima estabelecidas não são substitutivas das obrigações de fazer e não fazer contraídas neste termo de ajuste, as quais são autônomas e permanecem exigíveis mesmo diante do pagamento das sanções pecuniárias cominadas para o caso de seu descumprimento.

5.5. As multas acima convencionadas não impedem a aplicação de outras multas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego ou por quaisquer outros órgãos.

5.6. As multas previstas no item acima serão reversíveis a instituições ou programas/projetos públicos ou privados, de fins não lucrativos, que tenham objetivos filantrópicos, culturais, educacionais, científicos, de assistência social ou de desenvolvimento e melhoria das condições de trabalho.

5.7. A multa não fica sujeita às limitações do art. 412 do Código Civil.

5.8. - O Ministério Público do Trabalho poderá requerer na Justiça do Trabalho a elevação do valor da multa cominatória ora pactuada, no momento da execução deste Termo de Ajuste de Conduta, caso o seu montante se revele insuficiente para proteger satisfatoriamente os bens jurídicos envolvidos e influir indiretamente na vontade da compromissária para a observância dos direitos fundamentais trabalhistas.

5.9. O presente Termo de Ajuste de Conduta não configura transação de direitos individuais homogêneos e não impede a propositura de ações individuais de trabalhadores que entendam que seus direitos foram violados.

VI – VIGÊNCIA DO COMPROMISSO

6.1. O presente compromisso vigorará por prazo indeterminado, a partir de sua assinatura, ficando assegurado o direito de revisão de suas cláusulas e condições, a qualquer tempo, mediante requerimento fundamentado ao Ministério Público do Trabalho.

6.2. As cláusulas objeto do presente ajuste permanecerão inalteradas em caso de sucessão (artigos 10 e 448 da CLT), ficando o(s) sucessor(es) responsável(is) pelo cumprimento das obrigações aqui pactuadas, inclusive pelo pagamento de multas decorrentes de infrações pretéritas.

VII – FISCALIZAÇÃO DO COMPROMISSO

7.1. O cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta é passível de fiscalização, a qualquer tempo, pelos auditores fiscais do trabalho, por órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, pelo Sindicato Profissional, pelo próprio Ministério Público do Trabalho e por órgãos de fiscalização em geral, sendo certo que qualquer cidadão ou agente público pode denunciar o desrespeito às obrigações previstas neste Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive por intermédio da página eletrônica da Procuradoria Regional do Trabalho (www.pt14.mpt.mp.br).

7.2. Para fins de comprovação das obrigações previstas neste ajuste, a Compromissária obriga-se a atender de forma plena as requisições para apresentação de documentos e para prestação de esclarecimentos ao Ministério Público do Trabalho.

7.3. O não atendimento integral de tais requisições sujeitará a Compromitente ao pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) - astreintes -, a cada notificação não atendida, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal decorrente de tal ato, na forma da lei, e sem prejuízo da execução das sanções pecuniárias em face do descumprimento das demais obrigações previstas no presente Termo de Ajuste de Conduta;

VIII - ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DO COMPROMISSO

8.1. As obrigações pactuadas neste termo se aplicam em todos os estabelecimentos da empresa signatária no Estado de Rondônia.

IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente termo de ajuste de conduta possui eficácia de título executivo extrajudicial (art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85), valendo por tempo indeterminado, sendo passível de execução perante a Justiça do Trabalho (art. 876 da CLT).

9.2. O presente instrumento tem por fim único e precípuo estabelecer as obrigações nele pactuadas, evitando-se o ajuizamento de Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho e o pagamento de indenização por dano moral coletivo, não implicando em reconhecimento de culpa ou ilicitude de qualquer natureza por parte da Compromissária, nem repercutindo seus efeitos em ações trabalhistas individuais.

9.3. Às cláusulas objeto do presente ajuste aplica-se o disposto nos artigos 10 e 448 da CLT, de modo que qualquer alteração que venha a ocorrer na estrutura jurídica da Compromissária não afetará exigência do seu integral cumprimento, inclusive pelo pagamento das multas avençadas no caso de inadimplemento, podendo ser objeto de revisão a requerimento das partes signatárias.

9.4. O presente instrumento não impede a utilização das medidas judiciais que forem necessárias e adequadas para complementar ou corrigir eventuais violações de direitos e interesses que se apresentarem insuficientemente protegidos pelo mesmo, especialmente caso venha a se revelar ineficaz, total ou parcialmente, para fazer cessar eventuais ilegalidades ou para efetivar o cumprimento do ordenamento jurídico.

9.5. O presente Termo de Ajustamento de Conduta não exclui a prerrogativa inerente aos trabalhadores de ajuizamento de reclamação trabalhista.

9.6. O presente Termo de Ajustamento de Conduta não condiciona ou impede a atuação dos Auditores Fiscais do Trabalho.

9.7. O presente Termo de Ajustamento de Conduta não exclui o direito de ação constitucionalmente assegurado à Compromissária para questionar judicialmente as autuações sofridas em decorrência da atuação dos órgãos de fiscalização do trabalho.

9.8. Em caso de conflito dos termos deste Termo de Ajustamento de Conduta com os termos de outro título executivo judicial ou extrajudicial (anterior ou posterior), prevalecerão aquelas obrigações mais favoráveis ao bem-estar do trabalhador.

9.9. Os valores fixados em razão do presente Termo de Ajustamento de Conduta não serão compensados com qualquer penalidade imposta em decorrência da autuação dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Estando assim compromissada, subscreve o presente instrumento, por intermédio de seu representante legal, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

O presente Termo de Ajuste de Conduta foi assinado eletronicamente pelas partes.

PORTO VELHO, 5 de agosto de 2025

(assinado eletronicamente)
IGOR SOUSA GONÇALVES

PROCURADOR DO TRABALHO

A B DALAZEN DE LIMA LTDA
Compromissária



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Assinatura/Certificação do documento **IC 000545.2024.14.000/7 Termo de Ajuste de Conduta nº 000072.2025**

Signatário(a): **Igor Sousa Gonçalves**

Data e Hora: **05/08/2025 10:22:36**

Assinado com login e senha.

Signatário(a): **JOÃO CAETANO DALZEN DE LIMA**

Data e Hora: **05/08/2025 10:25:07**

Assinado com login e senha.

Verificação documento original: <http://www.prt14.mpt.mp.br/servicos/autenticidade-de-documentos?view=autenticidades id=1997564&ca=2KDYF3M9NL9CD5PM>